

## Entrevista sobre logística reversa no setor público com a professora da Enap Jhessica Ribeiro Cardoso



◀ Entrevista sobre boas práticas em pregão eletrônico e SRP com o professor da ENAP Vinicius Martins

Entrevista sobre a Central de Compras do Ministério do Planejamento com a Diretora Virgínia Bracarense Lopes ▶

Mostrar respostas aninhadas ▼



Entrevista sobre logística reversa no setor público com a professora da Enap Jhessica Ribeiro Cardoso  
por Rodrigo Mady - terça, 8 Ago 2017, 16:29

**(09/08/2017)** Na trigésima entrevista exclusiva para a Comunidade de Compras Públicas da Escola Nacional de Administração Pública, a professora da Enap, Jhessica Ribeiro Cardoso, falou sobre Logística Reversa no setor público. As perguntas foram elaboradas pelo professor Demétrio Florentino de Toledo Filho.

### **1 - Na sua opinião, quais foram os avanços na gestão dos resíduos sólidos trazido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010?**

**Jhessica:** Acredito que os principais avanços na gestão de resíduos sólidos oriundos da publicação a PNRS estão relacionados com a articulação institucional dos entes federados, da sociedade e do setor produtivo. Isso significa que por meio da publicação da Lei em 2010, após longos 20 anos de debate sobre o tema, todos esses atores envolvidos passaram a ter uma responsabilidade sobre a gestão dos resíduos – o que chamamos de responsabilidade compartilhada, e a concepção deste pensamento foi o primeiro passo para novos avanços: os indivíduos são responsáveis por gerenciar o resíduo que geram, repensando seu papel como consumidores; o setor produtivo buscará gerenciar os resíduos corretamente, e sempre tentando incorporá-los na cadeia produtiva; os governos implementarão planos de gestão de resíduos sólidos para a promoção adequada dos instrumentos previstos na Lei. Assim, começamos a verificar um cenário com mais engajamento da sociedade e a cobrança pela efetivação da aplicação da Lei.

Outro avanço importante foi a construção do SINIR, Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos. O SINIR deve estar integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (SINIMA) e o Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento Básico (SINISA), além de considerar o Inventário de Resíduos e o Sistema Declaratório Anual de Resíduos Sólidos, de responsabilidade do setor produtivo, por exemplo.

### **2 - Qual a importância da implantação dos sistemas de Logística Reversa para o avanço na implantação de Economia Circular?**

**Jhessica:** A economia circular baseia-se na utilização racional dos recursos, levando em consideração processos cíclicos de produção, ou como chamamos “do berço ao berço”. Princípios como os 5R são totalmente empregados neste modelo de economia, pois os materiais são utilizados, reutilizados, compartilhados, reaproveitados, reformados, remanufaturados e reciclados. Desta forma, a Logística Reversa pode auxiliar na desconstrução do conceito de resíduo por meio da construção de novos projetos e sistemas que venham a ser recuperados.

### **3 - Na sua opinião, quais são os obstáculos para o desenvolvimento da indústria de reciclagem no Brasil?**

**Jhessica:** Os principais obstáculos estão associados ao alto custo operacional (de transporte e tratamento), alta dispersão geográfica, baixo apoio do governo para coleta seletiva, resíduos são itens de baixo valor, baixa escala de volumes, dificuldades de interpretar a legislação, cooperativas com pouca estrutura, mercado secundário de baixa performance, falta de operadores logísticos no mercado, dificuldades com tecnologias da informação, dentre outros.

### **4 - Como os princípios de Produção e Consumo Sustentável podem auxiliar no atingimento dos Objetivos de**

#### **4 - Como os princípios de Produção e Consumo Sustentável podem auxiliar no atingimento dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU?**

**Jhessica:** Entendo que o objetivo central da nova agenda ambiental (Agenda 2030) para desenvolvimento sustentável (pós 2015), no âmbito de Produção e Consumo Sustentável, seja com foco no Objetivo 12 “assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis”. Isto porque a principal causa da deterioração contínua do meio ambiente global é o padrão insustentável de produção e consumo. Portanto, só será possível mudar este modelo insustentável, por meio de padrões mais responsáveis e conscientes.

Assim sendo, alguns princípios de PCS podem auxiliar no atingimento desses objetivos tais como: aumento da reciclagem; educação para o consumo sustentável; agenda ambiental na administração pública; compras públicas sustentáveis; construções sustentáveis; varejo e consumo sustentáveis.

#### **5 - Na sua opinião, quais são as cadeias produtivas prioritárias para a implantação dos sistemas de logística reversa?**

**Jhessica:** Penso que as cadeias produtivas definidas na PNRS são as prioritárias, certamente. Cabe destacar que essas cadeias foram elencadas pelo Comitê Orientador e Grupo Técnico de Assessoramento – GTA para a Implantação de Sistemas de Logística Reversa (constituído pelo MMA, MAPA, MF, MS e MDIC). Ressalto que Grupos de Trabalho foram formados para debater a cadeia dos seguintes produtos: embalagens plásticas de óleos lubrificantes; lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio; produtos eletroeletrônicos e seus componentes; embalagens em geral; e resíduos de medicamentos e suas respectivas embalagens.

#### **6 - Como o princípio da responsabilidade compartilhada, introduzido pela PNRS, impacta as políticas públicas para a gestão de resíduos sólidos?**

**Jhessica:** A responsabilidade compartilhada nos ensina que todos possuem um papel em alguma etapa do ciclo de vida de um produto ou serviço, buscando reduzir a geração de resíduos, do desperdício de materiais, da poluição e dos danos ambientais, bem como estimulando o desenvolvimento de mercados, produção e consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis. Assim, pode-se pensar em alguns meios de incorporar esses objetivos nas políticas públicas: por intermédio da logística reversa, de acordos setoriais, das compras públicas sustentáveis, da educação ambiental, dentre outros.

Portanto, quando pensamos a logística reversa como um instrumento de desenvolvimento econômico e social para viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, estamos falando de uma responsabilidade solidária; quando pensamos os acordos setoriais como atos de natureza contratual, firmados entre o Poder Público e os fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, estamos falando de responsabilidade compartilhada para a gestão do ciclo de vida dos produtos e, conseqüentemente, dos resíduos sólidos.

#### **7 - Como questões federativas e de competência exclusivas dos municípios afetam as políticas públicas na área temática de gestão dos resíduos sólidos e reciclagem?**

**Jhessica:** Basicamente, a PNRS estabeleceu que é responsabilidade dos municípios a elaboração, implantação, monitoramento e revisão dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS, como condição necessária para o acesso aos recursos da União destinados aos empreendimentos e serviços de limpeza pública e manejo de resíduos. Contudo, a existência do plano concluído, aprovado e em conformidade com o conteúdo mínimo previsto na Lei, é condição necessária, mas não suficiente para formular o pedido por recursos. O objeto do pleito deve estar identificado no plano e é fundamental que o município não esteja inadimplente. Portanto, é importante salientar que a decisão de concessão dos recursos públicos federais leva em conta o disposto na Lei nº 12.305/10 que tratam das prioridades para acesso aos recursos da União.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, entre 2012 e 2014, o governo federal disponibilizou R\$ 1,2 bilhão para a execução da PNRS, auxiliando assim os programas de apoio a iniciativas relacionadas às políticas públicas de gestão de resíduos sólidos. Essas iniciativas certamente envolvem parte dos instrumentos da PNRS para implementar logística reversa, etc.

#### **8 - Qual o papel da logística reversa e da reciclagem na promoção do desenvolvimento sustentável?**

**Jhessica:** Se a promoção do desenvolvimento sustentável é suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações, entendo que o papel da logística reversa é tornar o ser humano mais consciente no momento de suas escolhas, podendo decidir por um modelo de produção e consumo (compras) mais responsável, que se sustente por gerações. É implementar a logística sustentável (processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado) em suas rotinas.

#### **9 - Como você avalia as políticas públicas para logística reversa e reciclagem no Brasil?**

**Jhessica:** Um cenário promissor no seu devido tempo. Inicialmente, precisamos entender a Logística Reversa em duas vertentes, uma de pós-venda e outra de pós-consumo. A primeira, diz respeito aos produtos que são retirados do mercado por erros de produção, agregando valor a um produto devolvido por razões comerciais, por exemplo. A segunda, por sua vez, diz respeito aos resíduos industriais e está associada aos canais de produção e distribuição, em outras palavras, dos produtos que “usamos e jogamos fora”.

O artigo 33 da Lei, nos demonstra uma forma rápida de implementar a LR, por meio de regulamentos, acordos setoriais ou termos de compromisso para os setores chave de resíduos. Esse artigo combinado com o 56 da norma, nos oferece uma implementação progressiva e que deve ser amadurecida enquanto política pública. É neste



sentido que vemos hoje os acordos setoriais para sistema de logística reversa de embalagens plásticas de óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, e embalagens em geral assinados.

Talvez por isto, as políticas públicas para LR e reciclagem começam a fomentar novas ações e estratégias no setor produtivo brasileiro. As exigências da PNRS certamente trouxeram celeridade nos processos produtivos e de toda cadeia logística em grandes empresas no país, pois elas passaram a buscar novas tecnologias para reaproveitar os produtos e também para inserir insumos da LR em outros ciclos produtivos. Em alguns setores pode ser incipiente, mas a articulação com o Poder Público não pode parar.

O avanço tanto ocorreu que hoje já é possível realizar licitações para aquisição de bens que preveem a realização da logística reversa. Órgãos como TRT 6ª região, IRFS, TRT 2ª Região, TRT 9ª Região, TJRS, TJRJ, Comando Militar do Leste 1ª RM já buscaram realizar contratações com esses critérios de sustentabilidade em logística pós-consumo. Um caso de boa prática em logística reversa pós-venda vem sendo empregado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Em 2013, o Instituto ILOS apresentou o Panorama ILOS “Logística Reversa – Práticas nas empresas no Brasil”, em que foram ouvidos 101 executivos de logística das maiores empresas do Brasil em faturamento, divididas em 13 setores da economia. Os principais resultados foram de que grande parte das empresas destinam corretamente seus resíduos, gerenciam a logística reversa de pós-venda ou realizam alguma atividade para o gerenciamento de resíduos de pós-consumo.

Aproximadamente 60% alertam que umas das maiores dificuldades encontradas para a implantação da logística reversa é o alto custo operacional.



**Jhéssica Ribeiro Cardoso** é Engenheira Ambiental, especialista em Saneamento Ambiental, Construções Sustentáveis, Licitações e Contratos e Engenharia Clínica (em andamento). Atuou em diversas funções em órgãos públicos como o CREA-DF, CONAM/SEMARH-DF e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) na área de Estratégias de Contratações do Governo Federal com ênfase em Contratações Públicas Sustentáveis. Professora da Escola de Administração Fazendária (ESAF) e da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) ministrando aulas sobre Sustentabilidade, Uso do Poder de Compras e Compras Sustentáveis. Atualmente trabalha com gestão de acordos de projetos internacionais e de cooperação técnica além de licitações e contratos com organismos internacionais no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

**Demétrio Florentino de Toledo Filho** possui graduação em Física pela Universidade Federal da Paraíba (1997), mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2004) e Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da UnB (2014). Atualmente é Analista de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Política e Planejamento Governamentais, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento industrial sustentável, mudanças climáticas, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), Protocolo de Quioto, gestão ambiental e política industrial.

◀ Entrevista sobre boas práticas em pregão eletrônico e SRP com o professor da ENAP Vinicius Martins

Entrevista sobre a Central de Compras do Ministério do Planejamento com a Diretora Virgínia Bracarense Lopes ▶

Voltar para o início da comunidade ➡

Escola Nacional de Administração Pública - ENAP



 Brasil - Governo Federal